



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DAS COMUNICAÇÕES

Os desafios da sociedade digital

Alberto Souto de Miranda

Exmo Sr. Presidente da ANACOM, Sr. Dr. Cadete de Matos

Distintos convidados

Professor Daniel Innerarity e Professor Gustavo Cardoso

Minhas Senhoras e meus Senhores

Queria, em primeiro lugar, felicitar a ANACOM pela celebração do seu trigésimo aniversário e cumprimentar o Conselho de Administração pela decisão de associar a esta efeméride um debate sobre os desafios da digitalização.

Recordo que, pela comemoração dos vinte anos da ANACOM, os convidados tiveram de resistir a um discurso cerimonioso do então vice-Presidente. Tal como então - que a gratidão e o reconhecimento não passam de moda - , quero aproveitar a circunstância do aniversário para saudar todos os trabalhadores que, ao longo destes 30 anos, contribuíram, com a sua muita competência e dedicação profissional, para erigirem a ANACOM como regulador qualificado, respeitado pela independência e solidez técnica das suas decisões, entidade de referência das boas práticas regulatórias. Bem hajam pela forma como têm honrado o serviço público.

Ainda por cima convidam para a festa Daniel Innerarity e Gustavo Cardoso, dois pensadores de créditos firmados nestas matérias. Houve uma fase da minha vida em que sorvia os livros de Daniel Innerarity. As suas reflexões sobre o novo espaço público foram marco na minha formação e ação cívica. É um dos pensadores mais esclarecidos da nossa circunstância civilizacional e é, por isso, um redobrado prazer estar aqui hoje e, humildemente, poder servir de “key note speaker” às suas reflexões. E

fazê-lo também na companhia de Carlos Magno, ex-colega regulador do “espaço público”.

Minhas Senhores e meus Senhores

O digital irrompeu nas nossas vidas para definitivamente as transformar. Depois dos primeiros bits comunicacionais estamos a chegar à pan-digitalização do nosso quotidiano. É, realmente, uma disrupção. Porque os gigabits por segundo aplicados a uma multitude de utilidades, equipamento, serviços, e ao nosso próprio corpo, não estão apenas a processar mais dados e a fazê-lo mais depressa. É um “quantum” que cria um “quid”. Há uma humanidade pré digital e uma humanidade pós digital. Esperemos é que esses humanóides que estão a sair dos “lab tech” saibam processar o humanismo. Mas não é certo. Como em todas as revoluções tecnológicas há riscos e oportunidades.

O primeiro risco é o da assimetria digital, o fosso digital. Esta assimetria pode ser territorial, social, económica. À primeira responde-se com cobertura de redes com densidade adequada, para que não se cavem mais profundas interioridades, em contravapor com uma tecnologia que tem a virtualidade de neutralizar periferias geográficas. A acessibilidade a internet e a internet de banda muito larga é hoje um serviço de interesse geral essencial à fixação de pessoas, de empresas, de Universidades, de serviços públicos. E o desafio não é apenas cobrir todo o território com redes e sinal. Sempre tivemos autoestradas no litoral e estradas de terra batida no interior. O desafio mesmo é cobrir o território de forma homogénea com fibra óptica. As periferias e as Beiras profundas podem estar no centro do mundo.

À segunda, a assimetria social, responde-se com combate à iliteracia digital. As competências digitais básicas e de programação têm de integrar os curricula das nossas escolas, fazer parte do seu menu essencial, como o ensino das línguas ou da matemática. São ferramentas de trabalho e de vida imprescindíveis. Quem ficar apartado delas ficará apartado da cadeia de valor e da cadeia de comunicação, da cultura, dos próprios serviços e equipamentos. Estar em comunidade implicará – já implica ? - estar no digital. O nosso drama é que o “millennials” são um rótulo invejoso, mas infelizmente, também alimentam as estatísticas do abandono escolar ... Por outro lado, a formação ao longo da vida tem de conseguir trazer para este novo mundo as gerações mais velhas, utilizadores activos e passivos do

digital, seja na saúde, seja no lazer, seja no combate ao estar sozinho e à solidão interior.

À terceira, a assimetria económica, responde-se com políticas públicas horizontais de melhoria dos rendimentos das famílias, e com políticas de regulação que garantam a acessibilidade dos preços e o serviço universal com conteúdos adaptados aos nossos tempos.

O primeiro desafio é, pois, o de conseguirmos ter uma sociedade e um país digitalmente equitativo e inclusivo: não deixar nenhum português para trás, sem cidadania digital, não abandonar o interior à desertificação e garantir a coesão territorial digital.

O segundo risco é o da substituibilidade. Parece claro que a banalização da robotização vai tornar muitos de nós supérfluos e dispensáveis. Não apenas nas tarefas braçais mais violentas e mecanicistas, mas, o que é realmente novo, igualmente na profissões mais cognitivas. Vamos ser substituídos, já amanhã, na condução rodoviária e ferroviária, no trabalho operário industrial, na própria construção civil com impressoras 3D que constroem casas em poucos dias, mas, também, na medicina: o processamento dos dados das análises e sua interpretação pode ser feito com muito mais rigor e fiabilidade estatística por um computador, o bisturi do médico treme mais em que mão? Na mecânica ou na do médico, já com artrites e estados de alma e noites de urgência sem dormir?

Em todas as revoluções industriais os trabalhadores temeram pelos seus empregos. E é provável que muitas profissões desapareçam, como sempre aconteceu com a emergência de novos paradigmas. Os condutores de charretes passaram a conduzir táxis, mas, no sector da mobilidade, os cavalos ficaram mesmo sem emprego. Não podemos agora andar de cavalo para burro. Por outro lado, por cada “drone” em combate no médio oriente, pilotado apenas por um operador, a partir do Pentágono, geram-se várias dezenas de empregos na área dos serviços de informação. Os desafios na nossa organização do trabalho e na organização dos nossos ócios vão ser tremendos. Seremos menos escravos dos horários e do trânsito, mais livres para cultivar o espírito e fruirmos os amigos e a família. Mas é evidente que os riscos da transição e do desaparecimento abrupto de profissões tradicionais está aí, a exigir criatividade social e política.

O terceiro risco/opportunidade é o fim do tempo e do espaço. Já sabíamos que Einstein tinha razão em muitas coisas. A relatividade do tempo e do espaço está a invadir as nossas vidas. Antigamente temíamos a Deus que estava em toda a parte e era onnipotente e onnisciente. Depois tememos o Big Brother. Agora dizem-nos que devemos temer uma empresa chinesa...

Mas, afinal, quem sabe tudo é o Google e o Facebook e não sabemos muito bem quem tem o poder de os confessar. Estamos sempre on-line e conseguimos estar estando ausentes. Recebemos mails de trabalho a qualquer hora e conseguimos responder de qualquer lugar. Visitamos museus longínquos com melhor qualidade visual e melhores informação, sem sair do sofá. Falamos com os avós e os netos que trabalham em países distantes e digitalizamos a saudade. Reunimos em vídeo chamada de alta resolução, mas vamos passar a poder reunir com hologramas perturbadores, a que só faltará o perfume e o sentir da pele. Estamos mesmo a vencer a morte, com a biotecnologia e as células estaminais a repararem as nossas carcaças. Os corações 3D também se partirão de paixão? A vida a prolongar-se. Vamos poder ressuscitar os nossos mortos, sentando os seus fantasmas/hologramas à mesa na ceia de Natal ? É um pouco sinistro, mas a tecnologia permite usos macabros. Sempre permitiu...

O quarto risco é o do controlo dos nossos dados, da nossa liberdade e o da democracia digital.

A situação hoje já é muito preocupante e o 5G tem todo o potencial para a fazer piorar. O que está em causa é saber como vamos defender o direito fundamental à nossa privacidade e à protecção dos nossos dados pessoais. As nossas preferências políticas, as convicções religiosas, os dados de saúde, a nossa etnia, os nossos mails profissionais e pessoais, os nossos “posts” no FB, os nossos relatórios de avaliação e as nossas candidaturas a empregos por “skype”, os nossos sms mais atrevidos, as fotos, etc, tudo algures guardado e gerido por alguém e não sabemos como.

As regras europeias sobre protecção de dados estão na vanguarda, mas a Oriente e a Ocidente o valor da autonomia de decisão sobre o acesso e o uso os nossos dados não é equivalente. A Comissão Europeia ainda só declarou 13 países como dispendo de regulamentação que confere protecção equivalente à europeia. Em termos práticos: os dados que entregamos ao FB podem ser exportados para os Estados Unidos e acedidos pelas autoridades de segurança norte-americanas ? E se for para

a China o risco é maior ? Os dados que entregamos ao fisco e à banca podem ser utilizados para que finalidades ? O armazenamento de dados na “Cloud” oferece garantias de segurança e de acesso não indevido ?

Parece certo que os perigos e vulnerabilidades vão aumentar exponencialmente com o 5G: a nossa privacidade doméstica vai ser mais processada com a internet das coisas, a nossa mobilidade idem, o nosso anonimato na via pública pode acabar. O valor comercial destes dados anda de par com o seu risco para a democracia- como ainda recentemente se viu no referendo para o Brexit, ou estamos a ver com a proliferação das “fake news”. Sociedade de pós-verdade combate-se com comunidades esclarecidas. Falta-nos uma cultura mais forte de protecção de dados e reforçar os mecanismos de autocontrolo cidadão e heterocontrolo democrático.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Perante estes desafios, o Governo tem a parte mais fácil. O mais fácil é responder ao risco da assimetria digital com incentivos regulatórios à cobertura do território com fibra, atribuição do espectro necessário para o 5G, novo âmbito do serviço universal e apoio a todas as formas de educação digital elementar.

Mas a inclusão digital necessita de estratégia e de políticas activas de todos os parceiros: minorar o risco da substituíbilidade profissional com reconversão curricular e requalificação profissional, mitigar o risco da conectividade permanente e assediante com boas práticas laborais e legislação se necessário for, aproveitar a oportunidade para novas formas de organizar o horário de trabalho, atenuar os riscos éticos com um pensamento crítico sobre o clássico tema da relação entre a ciência e uso que se faz dela, reforçar o controlo dos nossos dados e a democracia, difundindo a cultura de protecção individual, reforçando os meios da CNPD e das autoridades de cibersegurança.

O digital condiciona e conforma cada vez mais as nossas vidas. A minha convicção é que as vai continuar a melhorar. O meu desejo é que se processe no quadro de uma cidadania digital plena e da cidade global, como espaço de liberdade e de responsabilidade. E que o poder do digital não escape ao escrutínio da democracia, que lhe deve definir os limites e os

usos. Porque os juízos éticos, esses, por enquanto, ainda não os delegamos nas maquinas. Só a inteligência e a destreza física. Sobrarão para os humanoides, a moral e a sabedoria. Sabedoria é o têm os pensadores que vão ter a seguir o privilégio de ouvir.

Lisboa, Fundação Portuguesa das Comunicações

29 de Maio de 2019